O Código do Procedimento Administrativo na Perspetiva das Autarquias Locais



15 Horas

240 €





Apresentação

O Código de Procedimento Administrativo desempenha um papel fundamental na atuação dos poderes jurídico-administrativos dos entes públicos, sendo essencial para a tramitação dos procedimentos do ato e regulamento administrativo. Este curso visa dotar os participantes com os conhecimentos necessários para compreender e aplicar corretamente as normas e princípios contidos no Código de Procedimento Administrativo.

Destinatários

Este curso destina-se a todos os colaboradores do setor público ou privado que necessitem trabalhar com o Código de Procedimento Administrativo. É especialmente relevante para funcionários no exercício de funções públicas, dirigentes públicos e eleitos das autarquias locais, bem como para entidades particulares que se relacionem com entidades administrativas. O curso é aberto a todos aqueles que desejam adquirir conhecimentos sólidos sobre os procedimentos administrativos e garantir uma atuação adequada e em conformidade com as normas estabelecidas.

Objetivos

Dotar os participantes com os conhecimentos necessários à tramitação dos procedimentos do ato e regulamento administrativo.

Programa

O Código do Procedimento Administrativo na Perspetiva das Autarquias Locais (15H)

- 1. Os princípios gerais da atividade administrativa;
- 2. Natureza e regime dos órgãos da administração pública
- 2.1. Atribuições dos órgãos colegiais, em especial das autarquias locais
- 2.2. Compétências;
- 3. O procedimento administrativo
- 3.1. Conceitos essenciais;
- 3.2. Sujeitos do procedimento;
- 3.3. Interessados no procedimento;
- 3.4. Garantias de imparcialidade.
- 4. A formação do procedimento administrativo
- 4.1. Regime geral;
- 4.2. A conferência procedimental;
- 4.3. O direito à informação;
- 4.4. Os prazos do procedimento;
- 4.5. As medidas provisórias;
- 4.6. Os pareceres;
- 4.7. As formas de extinção do procedimento;

O Código do Procedimento Administrativo na Perspetiva das Autarquias Locais

- 5. O procedimento do ato administrativo
- 5.1. O impulso procedimental;
- 5.2. As notificações no âmbito do procedimento
- 5.3. A instrução do procedimento;
- 5.4. A audiência de interessados;
- 5.5. A decisão e outras causas de extinção do procedimento:
- 5.6. A comunicação prévia e suas modalidades;
- 6. A atividade administrativa
- 6.1. A eficácia do ato administrativo;
- 6.2. A invalidade do ato administrativo;
- 6.3. A revogação e a anulação do ato administrativo;
- 6.4. A execução do ato administrativo;
- 7. Reclamação e recursos administrativos
- 7.1. A reclamação administrativa;
- 7.2. O recurso hierárquico;
- 7.3. Os recursos administrativos especiais.
- 8. O procedimento do regulamento administrativo
- 8.1. O impulso procedimental;
- 8.2. A instrução do procedimento;
- 8.3. A eficácia do regulamento;
- 8.4. A invalidade do regulamento;
- 8.5. A caducidade a revogação e a impugnação de regulamentos administrativos.
- 9. Breve referência aos contratos administrativos.

Certificação

O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.